

ROBERTO CAMPOS
OSCAR LORENZO FERNANDEZ

Economia, Estado, modernidade

Uma crítica liberal

Dos grandes países da América Latina, o Brasil é o único que não chegou a decidir-se por uma integração mais completa na economia internacional e pela adoção de uma economia de mercado mais livre e menos tutelada pelo Estado. Foi pouco além de uma retórica da “modernização” que não se traduziu em uma ação concreta eficaz, e que qualquer perturbação do quadro político ameaça com um refluxo da maré ideológica dos anos 60 e 70.

A situação reflete, naturalmente, a imensa complicação do próprio país. Por um lado, é uma grande economia moderna cercada por uma periferia de Terceiro Mundo favelado, grandes massas subqualificadas e subocupadas, mal sobrevivendo, às vezes, ao nível do biológico. Por outro lado, essa



Liberalismo/Neoliberalismo

ROBERTO CAMPOS é economista, tendo sido responsável pelo Programa de Metas do governo JK e ministro do Planejamento do governo Castelo Branco. É autor de vários livros, entre eles, o mais recente, *Reflexões do Crepúsculo* (Editora Topbooks).

OSCAR LORENZO FERNANDES é economista, tendo sido embaixador do Brasil na Alemanha. É autor do livro *Evolução da Economia Brasileira* (Editora Zahar).

economia moderna é algo de especial, de certo modo configurada para uma fase do passado já esgotada, desde as concepções de nacionalismo autárquico do fascismo dos anos 30, à industrialização por substituição de importações, até meados dos 60, sob a direção do Estado e em condições de extremo protecionismo.

Esta sobreposição de características resulta em uma tendência ao engessamento da economia, em particular do setor produtivo, dentro dos moldes rígidos de uma complicada estrutura de oligopólios e privilégios sob o comando do Estado, que se torna o irrecorrível adjudicador e distribuidor final das vantagens, direitos e privilégios que cabem a cada um. Esse estado de coisas parece-se muito com um retorno às práticas do mercantilismo, típico das monarquias absolutas dos primeiros séculos da era moderna, cuja superação foi imposta pelo desenvolvimento das economias industriais modernas, a partir da segunda metade do séc. XVIII.

A rigor, porém, essa espécie de “mercantilismo subdesenvolvido” tem raízes intelectuais e ideológicas mais próximas do nosso tempo, inspiradas pelo fascismo italiano, que fez do Estado forte o instrumento fundamental com o qual procurou organizar a economia (a bem dizer, toda a sociedade) numa grande estrutura corporativista, cujo princípio orientador era a eliminação dos conflitos de interesses entre indivíduos ou grupos sociais. Pressupunha-se (e procurava-se atingir) uma espécie de harmonia universal, em que todos teriam o seu lugar assegurado, ao invés da concorrência sem trégua dos regimes capitalistas e da luta de classes do socialismo revolucionário.

A ótica mercantilista era, evidentemente, muito conveniente para os detentores do Poder e o seu sentido inicial foi, de fato, promover a grandeza e o enriquecimento do Estado, mais essencialmente em função do Soberano - não do Estado no sentido de instrumento da sociedade. É escusado dizer que isso era ainda mais conveniente para todas as variadas clientelas do Poder, para as burocracias, para as sucessivas camadas de privilegiados e beneficiários das benesses do Soberano. Como o Poder é, pela sua lógica interna, monopolista, presta-se naturalmente à criação de estruturas hierarquizadas de privilégios, em forma de “árvores”. Não há diferenças essenciais entre os fenômenos que conhecemos da

Nomenklatura soviética e os inúmeros abusos típicos dos regimes autoritários ou despoticos do Terceiro Mundo (ou outros).

O liberalismo político surgiu do questionamento da legitimidade do poder absoluto do soberano, e um século mais tarde Adam Smith lançaria as bases da teoria econômica moderna sobre o suposto da igualdade e liberdade individuais. Concorrendo livremente no mercado, elas não estão sujeitas ao predomínio da vontade do príncipe ou às sempre tortuosas razões das burocracias estatais. Obedecem simplesmente à lógica dos preços relativos (um dado objetivo e automático do mercado) e, é claro, às próprias informações e preferências de cada um.

Todas as transformações na economia correspondem a mudanças na distribuição do Poder e das vantagens materiais entre os atores sociais, e notadamente entre os grupos dominantes. O desenvolvimento capitalista implicou no avanço de uma classe de atores, a burguesia. Mas no desenvolvimento industrial mais avançado, os papéis foram ficando mais complexos com a especialização e com a urbanização, dando lugar à formação de gigantescas camadas intermediárias altamente qualificadas, as classes médias características das sociedades do “Primeiro Mundo”, mas já numericamente muito ponderáveis no setor “moderno” brasileiro.

Uma parcela importante de um país como o Brasil ainda está, no entanto, vivendo em outra realidade, fora do tempo das nações industrializadas contemporâneas. Continua numa realidade “antiga”, com características herdadas do patrimonialismo português via Colônia: cartorialismo, corporativismo, clientelismo. Uma forte participação quantitativa de carentes faz-se sentir, através do processo eleitoral, em um populismo imediatista de esfaimados, ou num discurso distributivista liderado pelas parcelas ressentidas da *intelligentsia* e ideologicamente ligado às esquerdas do período de 30 a 60.

O quadro brasileiro não chega a ser original. Na realidade, é representativo dos países em desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial. O que, porém, de certo modo constitui uma especificidade própria são, conforme o que já referimos inicialmente, as imensas dimensões do país e, portanto, a abrangência das suas contradições: uma grande sociedade “moderna”, com uma economia industrial avançada,

ilhada dentro de uma enorme periferia miserável, um gigantesco "pátio dos milagres". As diferenças entre as situações concretas são de tal ordem que muito mais fácil é justapor as formas de encará-las, as atitudes sociais, do que tentar reduzir as realidades que formam o grande mosaico nacional a denominadores comuns.

Uma percepção "autêntica" da realidade do país pode ser, assim, muito ilusória. Mas já houve momentos em que isso pareceu bastante menos complicado, quando projetos assumidos pelas frações decisivas das elites brasileiras ganharam *status* de opções "nacionais". O de Juscelino Kubitschek é dos exemplos mais interessantes. Tem suas raízes em Vargas, mas se torna tão representativo da maneira de ver o país, como um todo, e tão "modernizador", no seu momento, que fundiu o molde que continuaria a ser basicamente usado pelos governos da fase autoritária pós-1964.

Os problemas dessa época pareciam, no entanto, mais fáceis. Imaginava-se que a incorporação ao mundo "moderno", sob a forma de industrialização e urbanização, por si só diluiria o atraso do "país rural" numa contemporaneidade concebida com poucos elementos ambíguos. Não se pensou que uma demografia descontrolada de áreas primitivas pudesse inviabilizar o fácil modelo "desenvolvimentista" - mesmo porque, no início dos anos 50, esse fenômeno não estava sequer bem identificado no cenário internacional. Desde então, entretanto, uns 100 milhões de pessoas subqualificadas, mal nutridas e carentes foram adicionadas a uma população urbana que, no começo, pouco passava de 18 milhões.

Uma parte atuante das nossas elites intelectuais (como na América Latina e no Terceiro Mundo) situou-se, então, em posições "progressistas" muito marcadas pelas linhas de esquerda do final do período stalinista, quando muitos sentiam como um dever cooperar com a estratégia soviética no conflito ideológico-militar com o bloco "capitalista" liderado pelos Estados Unidos. Essas posições eram tanto mais compreensíveis, então, quanto pareciam continuar a luta contra o nazifascismo, que levava à tática da cooperação nas "Frentes Populares", e

quanto, além disso, as potências coloniais européias, com o apoio um tanto dúbio, mas desastrado, dos Estados Unidos, ainda procuravam, até por volta dos anos 60 (sem grande entusiasmo, aliás), retardar os movimentos de libertação nacional nas áreas sob seu domínio.

Com a solução do conflito do Vietnã desfavorável aos Estados Unidos, no começo da década de 70, e com a longa e crucial crise econômica mundial dos anos 71-73 a 82-85 (ainda não resolvida de todo para os países socialistas leste-europeus e para numerosos do Terceiro Mundo), essas posições dos anos 50 estariam necessariamente "datadas". Mas as formulações ideológicas parecem resistir muito às práticas racionais de depreciação e amortização. Ou, em todo caso, este é, pelo menos, um dado da experiência brasileira - talvez, quem sabe, porque o hiato autoritário de 1964 a 1985 terá contribuído para preservar ao longo desse tempo o instantâneo que retratava as posições políticas e as idéias no início dos anos 60.

Atualmente, com a experiência adquirida do descalabro e, por fim, do dramático desmoronamento do "socialismo real" soviético e leste-europeu, assim como da penosa realidade da inépcia catastrófica, da brutalidade, da corrupção e, antes de mais nada, da intratável irracionalidade de grande parte dos países menos desenvolvidos, temos talvez certa predisposição a fechar, como um



livro já lido, o período de umas duas gerações que vai da desagregação da velha ordem liberal de antes da Primeira Guerra Mundial até a crise dos anos 70-80. Entretanto, nesse período, não devemos esquecer, chegaram à fruição final noções que haviam começado a deitar raízes com o advento da era moderna e tomado forma já no final do séc. XVIII, quando o homem começava a crer que poderia vir a alcançar, em relação ao seu universo social, o mesmo grau de domínio que a ciência e a técnica já lhe estavam proporcionando sobre o universo da natureza - um domínio não mais como "utopia", conforme se projetara desde a antiguidade clássica, mas como relação eficiente, como "engenharia", na visão característica de Saint Simon.

O mundo clássico concebia o herói mítico, e o Medieval ocidental imaginava a intervenção do sobrenatural, intermediada pelo santo. Nos negócios humanos, admitia a possibilidade do "bom governante". Mas este se distinguiria pela virtude, não por alguma competência abstrata, como se espera, hoje, do administrador eficiente. Nem haveria, de resto, muito escopo para isso numa economia basicamente agrária, com algumas adições mercantis e artesanais. Para tanto, o conhecimento indispensável não iria muito além do que se poderia esperar de um *pater familias* prudente.

Só no séc. XVII é que a acumulação do conhecimento científico começa a adquirir caráter sistemático e aos poucos passa a fundamentar o que hoje chamaríamos de "tecnologia", aumentando dramaticamente o poder que o homem principia a exercer sobre o mundo natural. A física e a astronomia de Galileu, querendo-o ou não a Inquisição - quem não se lembra de Brecht? -, traduzem-se imediatamente na eficiência da artilharia e da navegação oceânica. E as conclusões seguem-se por si mesmas.

Não muito depois disso, o pensamento político liberal (com Locke, em especial) usa a Razão para questionar, como dissemos, a origem e a legitimidade do Poder. E, daí em diante, não seria uma questão de muito tempo para que alguns passassem da indagação sobre a ordem das coisas na sociedade à disposição de dar a esta mesma sociedade a configuração que consideravam melhor. Este último passo implica, porém, um salto além dos limites da racionalidade: o que é que pode legitimar a escolha de uma determinada configuração da sociedade, de preferência a outras quaisquer possíveis?

Observe-se que nas ordens sociais anteriores, a legitimação se fazia segundo critérios exógenos a elas - por tradição, por uma suposta decisão divina, por algum mito. Para justificar (e impor) uma ordem social por via racional seria necessário definir e justificar previamente os critérios dos quais se derivasse essa conclusão. Mas, como é fácil de perceber, isto reduz-se a uma cadeia interminável de elos sucessivos, cada qual empurrando para o próximo o argumento final. Em última análise, trata-se de valores que, enquanto tais, não comportam uma prova teórica conclusiva. Em si mesmos, valores somente se podem inferir de outros valores, e não de proposições lógicas.

Várias tentativas de solução foram imaginadas para esse insidioso problema. Alguns procuraram construir regimes com valores baseados em conjuntos de valores que supunham majoritários, ou que lhes pareciam justificados pelo senso comum. Outros simplesmente fizeram opções essencialmente voluntaristas e arbitrárias (o caso do fascismo italiano com a idéia da grandeza e glória do Estado, e o do nazismo com a precedência absoluta da comunidade de sangue). O socialismo de Marx julgou que havia desvendado cientificamente as leis do desenvolvimento da História.

A corrente central do pensamento do Ocidente, mais influenciada pelas idéias liberais, evoluiu noutro sentido. Adam Smith, o pai da teoria econômica moderna, procurou identificar de modo objetivo os fenômenos econômicos, em particular os comportamentos dos agentes com eles relacionados, determinando regularidades e generalizando-as. Smith (além do mais, de inclinação filosófica) não chegaria, no entanto, ao exagero que, uma centena de anos mais tarde, seus discípulos "neoclássicos" praticariam, a saber, procurar determinar no campo das ciências sociais, com métodos formalmente rigorosos, o gênero de leis universais que as ciências físicas estavam formulando com extraordinário êxito. Determinar leis científicas constitui, é claro, um bom meio para, dentro do respectivo campo, influir no mundo real. O fato de os regimes "capitalistas" estarem convencidos de que, ao seguirem as regras da economia de mercado, estavam apenas curvando-se à natureza real do mundo não deixava de fazer de seus esquemas teóricos um instrumento de ação sobre esse mesmo mundo.

Há, no entanto, uma diferença importante entre essas colocações. A economia

de mercado assenta-se sobre uma consulta permanente e ininterrupta às preferências dos indivíduos, que se reflete objetiva e automaticamente nos preços relativos dos fatores e produtos, nos níveis de consumo e poupança, e assim por diante. Não é um processo à prova de efeitos tendenciais nem de imperfeições várias e, por isso mesmo, não exclui a eventual necessidade de medidas corretivas por parte da sociedade. E nem todas as interações ou transações efetuadas dentro do espaço social podem ser propriamente “de mercado”. Numerosos bens, pela sua natureza, têm de ser oferecidos por intermédio do setor público.

Por outro lado, todas as concepções econômicas baseadas no controle da sociedade através dos mecanismos do Poder negam, *a priori*, a precedência da liberdade individual. Pelo contrário, pressupõem necessariamente a sobreposição de alguma instância intermediária que determina, acima e além dos desejos e preferências das pessoas, aquilo que será melhor para elas.

Isso não parecia tão sério no auge da Ilustração, quando a concepção de que o homem era um ser naturalmente bom, eventualmente corrompido pela sociedade (tipificada por Rousseau), parecia não deixar dúvida quanto à superioridade da ação política racional sobre as formas tradicionais da autoridade, mesmo do despotismo esclarecido. Saint Simon (o avô de Marx, por assim dizer) imaginava a sociedade governada autoritariamente por uma tecnocracia meritocrática. Mas como os anos do fascismo iriam penosamente demonstrar mais de um século depois, não há garantia alguma de excelência no recrutamento dessas elites tecnocráticas.

Para um homem da Idade Média, do Renascimento, ou mesmo ainda do séc. XVIII, no Ancien Régime, o Estado, na nossa acepção atual, conceitualmente muito abstrata e diluída, não seria objeto de discussão. Pensava-se em termos mais concretos e, por isso, não faltava o realismo para julgar o bom e o mau soberano. A abstração extrema era reservada para outros tópicos insolúveis (como nos séc. XVI e XVII, a religião “verdadeira”) até que, tendo-se esgotado boa parte da Europa em guerras religiosas que não serviram para dar hegemonia aos Habsburgos católicos do Império e das Espanhas, o Norte protestantizado foi tratar de outras coisas, deixando o Sul católico às distrações do seu atraso material e científico. Naturalmente,

também hoje praticamos distinções entre bons e maus governos (complicando, talvez, a sólida simplicidade do sentido comum dos velhos tempos com camadas sucessivas de jargão sociológico, antropológico, de comunicação, e mais lá quanto nos ocorra). Enquanto isso, abstrações como “Estado” (um conceito relativamente novo, em termos históricos, um universal que é apenas uma casca teórica vazia, à espera do conteúdo semântico que nela se despeje) são usadas quotidianamente com o maior desembaraço polêmico, como se de fato estivessem carregadas de sentido concreto - e em torno delas é que se focalizam muitas das disputas ideológicas.

Na verdade, a noção de “Estado” tornou-se o repositório de uma série de características funcionais abstratas, uma cesta na qual se recolhem conceitualmente todas as funções que se supõem fundamentais para a operação do sistema social, com seus subsistemas político, econômico, etc. O salto ilegítimo, que se dá geralmente camuflado, a hipóstase, consiste em deixar subentendida a existência de um ente real correspondente ao abstrato. E essa questão tem sido notadamente complicada nas sociedades economicamente menos desenvolvidas, onde a necessidade de entender o processo, de dispor de categorias de interpretação, é mais acentuada, e pode chegar ao ponto da exasperação.

Assim, por ser descarnado e abstrato, o “Estado” assume certas características próprias de noções das disciplinas exatas (como seriam “ângulo”, “reta”, etc.), conceitos sobre os quais se pode discutir metodologicamente indefinidamente, mas de que não se podem postular valores existenciais. Um “ângulo injusto” ou uma “integral desonesta” seriam, quando muito, humorismo. Mas nem mesmo Weber, na sua análise da burocracia e da racionalidade de fins e de meios, mostrou-se suficientemente alerta para esse insensível deslizamento desde o espaço virtual da abstração do universal em direção ao espaço do real do mundo existente.

As fórmulas de controle direto da sociedade econômica através dos instrumentos do Poder pressupõem inevitavelmente que possam ser criados e operados eficientemente mecanismos que determinem o que cada agente econômico tem de produzir e quanto deve receber, que processos serão utilizados, como serão coletados e acumulados os recursos destinados aos investi-

mentos, e assim por diante. Decerto, o grau e a minuciosidade da ação desses mecanismos podem variar segundo um amplo leque, indo desde um autoritarismo mais ou menos tópico até a regulação praticamente total.

Num plano puramente teórico, poder-se-ia perguntar por que decisões conscientes de agentes do Estado haveriam de ser menos racionais e menos eficientes do que as decisões descentralizadas tomadas espontaneamente por mecanismos automáticos (e, nesse sentido, mais ou menos “cegos”) do mercado. À primeira vista, pareceria que, no primeiro caso, o acerto médio das decisões deveria ser superior ao do segundo - isto é, uma economia mais “socializada” seria, em tese, provavelmente algo mais racional e eficiente do que uma “capitalista”. Era essa, aliás, a convicção de Lênin e seus companheiros, na Revolução soviética. Von Mises, como se sabe, numa famosa polêmica por essa época contestou a viabilidade de uma economia socialista, baseando-se na impossibilidade de resolução do gigantesco número de equações simultâneas necessárias para a determinação dos preços de equilíbrio de todos os fatores e produtos (o que é facilmente perceptível quando se imaginam as dimensões de um sistema walrasiano correspondente a uma grande economia industrializada).

O argumento nunca foi contestado satisfatoriamente, embora não fosse inconcebível imaginarem-se meios de solução tais como, meio século depois, o advento dos modernos supercomputadores poderia parecer tornar possível. Mas, na verdade, apesar da brilhante análise de von Mises, a viabilidade (ou não) do cálculo econômico não era, de fato, o problema central. Este era outro, e residia na própria natureza do Estado, que não era, nem poderia ser, uma estrutura abstrata puramente lógica, capaz de aplicar sem quaisquer vieses ou distorções os paradigmas que lhes fossem dados para tal fim. Muito pelo contrário, o Estado é integrado por indivíduos, organizados de maneira geralmente muito pouco eficiente, com interesses próprios de que costumam ter uma consciência bastante nítida e intensa.

Além disso, não é teoricamente válido falar-se em “interesses gerais”. E por uma razão lógica muito simples: falar em “interesses gerais” constitui apenas uma forma reduzida de dizer que existe um método com o qual podemos de finir um algoritmo que

nos leva a determinar um resultado final que chamaremos de “interesses gerais”. Quando um astrônomo menciona um quasar, por exemplo, o que está fazendo é dizer de modo condensado que ele usou determinados métodos para definir os algoritmos que, aplicados às observações feitas, lhe permitem afirmar que certos resultados constituem aquilo que ele chama de “quasar”.

Da mesma forma, no que se refere a uma sociedade, a uma economia concreta, “interesses gerais” significam apenas, na realidade, aquilo que determinadas estruturas (instituições, burocracias, indivíduos imbuídos de suficiente poder, etc.) dizem que são tais. Essas estruturas podem ser, é claro, integradas por pessoas altamente motivadas e sérias, altruístas e embebidas nos valores mais altos da sociedade - e podem, também, ser o inverso, uma coleção de canalhas. É muito provável, aliás, que, quanto menos “desenvolvida” e menos integrada seja uma sociedade, maior seja o risco de que canalhas, oportunistas e espoliadores tendam a ocupar os postos de controle (uma vez que é nestes que melhor terão como satisfazer aos seus próprios egoísticos interesses). Mas a essência da questão não reside em eliminar os maus e, no seu lugar, colocar os bons - mais ou menos, *mutatis mutandis*, o problema do déspota esclarecido no séc. XVIII. A verdadeira solução deste problema não foi dada pela procura de bons déspotas (que, claro, seriam preferíveis aos maus), mas pelos métodos do liberalismo político, com a eliminação do despotismo pela democracia representativa. É possível que os regimes democráticos, em contraste com o brilho e as elegantes maneiras do Ancien Régime (como o convicto democrata de Tocqueville certa vez sugeriu com uma ponta de melancolia), parecessem medíocres e sem galas do espírito, mas eram a solução.

O mundo pós-1946 manteve-se, durante os 25 anos da “Pax Americana”, num regime econômico com uma boa base de mercado, mas não exatamente “liberal” - antes, numa condição de “liberdade vigiada”. A crise de 1971-73/1982-85 demonstrou dramaticamente as limitações das políticas de intervenção corretiva, de “sintonia fina”, mesmo em relação às economias mais “sofisticadas”. A concorrência, a disputa dos agentes econômicos na imensa arena do mercado, de modo algum garante os resultados mais belos ou mais nobres, e nem

sempre, sequer, os mais eficientes (inclusive porque tende a ter um viés contra as considerações de longo prazo, e contra os bens e serviços de natureza pública).

Mas compensa esses inconvenientes com o fato de que está sempre com os ouvidos atentos para o ininterrupto plebiscito das preferências que o mercado expressa. Para algumas pessoas, os resultados podem parecer de uma sabedoria discutível, e até desastrosos (problema que também ocorre com as escolhas políticas no processo democrático). Mas para isso não há mais remédio senão a sedimentação dos valores sociais com o tempo.

O período "liberal", em que a evolução política e econômica coincidiu para uma expansão cada vez maior das liberdades individuais, duraria um século, do qual dois terços (digamos, de 1846 a 1914) foram a sua época "clássica": a liberdade de comércio de mercadorias e de movimentação internacional de capitais e de pessoas, a crença no progresso ilimitado da ciência e da técnica, das artes e da sociedade, a acrítica confiança na "civilização" do Ocidente. Mas essa ordem de coisas não resistiria à Primeira Guerra Mundial. E não só porque o choque em si mesmo foi brutal (um décimo da população européia morto em quatro anos), mas porque tudo parecia incompreensível, como se todo o edifício da cultura e dos valores desmoronasse, de repente esvaziado de qualquer sentido. Chega a haver um verdadeiro delírio de irracionalidade, tipificado, em grau extremo, pelo voluntarismo fascista.

Revoluções comunistas (êxito na Rússia, insucesso na Alemanha e Hungria), violência fascista alastrando-se infecciosamente pelo mapa mundial, uma ingênua tentativa, sob patrocínio americano, de redesenhar a geografia política com a Liga das Nações, início da agitação de independência nas colônias. Começa a perceber-se que, com a aglomeração de soberanias nacionais absolutas, se exasperavam as contradições entre a segmentação do universo político e a universalidade da ordem econômica, mas nenhum caminho parecia levar à cooperação racional: depois de 28 reuniões internacionais importantes entre 1919 e 1933, o mundo acabaria, com o fracasso da Conferência Econômica de Londres, neste último ano, compartimentado em blocos monetários mal comunicantes, com o comércio internacional estrangulado e em plena depressão.

As contas não liquidadas depois da Primeira Guerra Mundial foram retomadas ao fim da Segunda, inicialmente, como dissemos, num regime de "liberdade vigiada", 1946-1971, que, por sua vez, se esgotaria na demorada crise de 1971-73 a 1982-85. Neste último ano, sistematiza-se a cooperação regular do G7, o grupo das maiores potências econômicas do mundo ocidental e, em 1987, uma grave quebra das Bolsas internacionais, inicialmente duas vezes mais violenta do que a de 1929, é rapidamente contornada graças ao entendimento entre as autoridades financeiras das principais economias de mercado.

Por outro lado, a desagregação dos regimes socialistas do Leste europeu e, logo depois, da União Soviética, no final dos anos 80, fenômeno histórico realmente extraordinário pelo seu caráter pacífico e unânime, surpreende o mundo com uma despolarização ideológica instantânea. De um momento para outro, o que parecera, durante duas gerações, o caminho alternativo socialista da reconstrução do mundo e do homem, restou apenas como crença residual de regiões subdesenvolvidas, não de todo diferente dos fundamentalismos religiosos.

Depois da Primeira Guerra Mundial, nos países mais avançados, governos e agentes econômicos, perplexos diante da imprevisível violência dos surtos inflacionários e recessivos, do desemprego persistente e dos desequilíbrios do setor externo, recaíram em tendências nacionalistas e populistas, recorrendo a medidas particularistas que, interferindo umas com as outras, não podiam senão agravar, no conjunto, os males que se destinavam a corrigir. Isto foi, como dissemos, parcialmente resolvido depois da Segunda Guerra Mundial, mas os países em desenvolvimento, como um todo, ficaram mais ou menos à margem do processo, e é compreensível que se sentissem tentados pela inebriante esperança de tomar nas próprias mãos as rédeas do seu desenvolvimento e, por conseguinte, pelas propostas anti-liberais - não só das esquerdas mas (talvez ainda mais marcadamente) das múltiplas versões do fascismo, que ainda exerciam uma atração intensa sobre os segmentos militares e tecnocráticos e, é claro, sobre parte das forças mais tradicionalmente conservadoras).

Também, nos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial, as preocupações sociais assumiram uma importância crítica. Sua origem achava-se em uma das linhas

evolutivas do pensamento liberal na segunda metade do séc. XIX, quando os contrastes entre a miséria das massas trabalhadoras inglesas com a acumulação da riqueza no topo da sociedade (apesar da evidência de um progressivo aumento dos padrões de vida, em geral) provocaram amplas reações religiosas, éticas e políticas. A Alemanha de Bismark adiantara-se estabelecendo, duas décadas antes do final do século, o primeiro sistema de seguridade social com cobertura universal. Mas a brutalidade das flutuações da Renda e do emprego, após 1918, iria mostrar que os custos humanos dos mecanismos econômicos de ajustamento automático já não mais eram politicamente aceitáveis.

Os países menos desenvolvidos, depois da Segunda Guerra Mundial, assimilariam essas novas demandas sociais tanto mais facilmente quanto, pela sua própria condição econômica, tinham consciência de suas enormes carências materiais, por comparação com as condições dos países "ricos". E a influência dos paradigmas de esquerda, neste caso, era absorvida com pouca dificuldade, porque Marx (com uma importante mas mal conhecida exceção, à qual já nos referiremos) nunca chegou a dar importância ao fenômeno da escassez, e situando a origem de todos os males do capitalismo na má distribuição dos meios de produção.

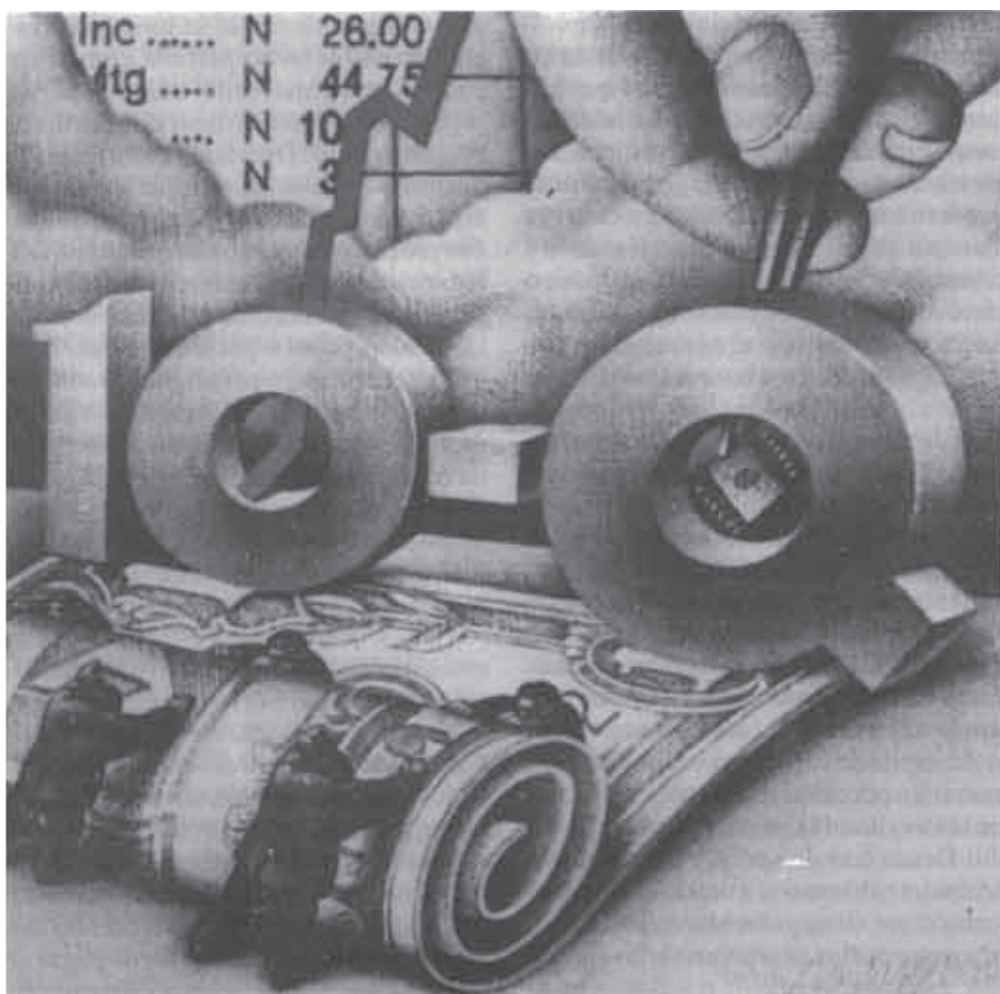
Os regimes socialistas tinham algo mais a oferecer, a promessa de uma fórmula capaz de transformar o mundo - embora, já então, a União Soviética, sob Stálin, houvesse abandonado as idéias da revolução universal. Os dados do crescimento econômico soviético eram, nesse tempo, impressionantes - de tal ponto que Khrushchev, no começo dos anos 60, ainda podia prever, com absoluta seriedade, que a URSS superaria o produto interno dos Estados Unidos até o fim do Segundo Plano Setenal (em 1972). O esquema teórico era simples e, aparentemente, da maior racionalidade: com o controle dos meios de produção nas mãos do Estado (isto é, da "classe trabalhadora"), era possível fazer um grande esforço de formação de capital (independente de considerações imediatistas de rentabilidade), concentrando investimentos nos setores da "reprodução ampliada" (máquinas, equipamentos, produtos de base, insumos críticos). Esse esquema parecia encontrar apoio em certos aspectos das idéias keynesianas (que, por sua vez, por três décadas a partir

de meados dos anos 30, davam a impressão de ter suplantado a ortodoxia econômica do "capitalismo").

Somente por volta dos anos 70 é que se começou a generalizar (a partir, primeiro, da experiência de alguns países altamente industrializados, como Inglaterra e Estados Unidos, mas também, subsidiariamente, pela observação do insucesso das políticas de desenvolvimento do Terceiro Mundo, e pela evidência das dificuldades crescentes e da ameaça de estagnação das economias socialistas do Leste Europeu e da União Soviética) a compreensão de que poderia existir um enorme hiato entre a racionalidade abstrata de que, em teoria, se supunha capaz o Estado contemporâneo, e a realidade comprovada da sua reduzida eficácia empírica.

As esquerdas marxistas relutariam muito a aceitar esses fatos. Marx imaginara a "expropriação dos expropriadores" como um processo relativamente simples que, uma vez levado a cabo, eliminaria *a priori* os conflitos de interesses entre os trabalhadores, estabelecendo automaticamente entre eles uma perfeita fraternidade. Como seria administrada a nova ordem de coisas não lhe pareceu um problema merecedor de particular atenção - e Lênin, depois da Revolução, como se sabe, muitas vezes resmungaria exasperado que Marx deveria ter pensado em como deveria funcionar concretamente o socialismo. A possibilidade de uma degenerescência burocrática e de um fenômeno de "novas classes", embora percebida ainda mesmo antes de Lênin, no final do séc. XIX, só foi retomada pelo rebelde iugoslavo Djilas, nos anos 50, e até muito recentemente permaneceu totalmente anátema para a quase absoluta generalidade das esquerdas, um pensamento "anti-revolucionário". Pelo contrário, o prestígio da grande empresa industrial capitalista, das formas "sofisticadas" de organização e gestão, o desenvolvimento de técnicas matemáticas e estatísticas, da "pesquisa operacional", intensamente utilizadas na programação econômica e militar desde a Segunda Guerra Mundial, pareciam indicar que os problemas de organização e gerência eram fundamentalmente "técnicos" e não ofereceriam base real para criar privilégios no sentido de classe ou casta.

A exceção que Marx contemplou quanto ao papel da escassez diz respeito, precisamente, à condição dos "subdesenvolvidos": a persistir o "estado de escassez", afir-



ma, pode-se fazer a distribuição que se queira que continuará tudo no velho estado de coisas. Observação infelizmente muito realista, mas que não penetrou na consciência da maioria das sociedades menos desenvolvidas em todos estes anos do pós-guerra.

A fronteira do equilíbrio entre a produção de riqueza e a sua distribuição é sempre incerta. Seria uma falsa dicotomia equacionar a questão em termos de uma coisa ou outra. Mas a produção tem, pelo menos, a prioridade da antecedência: não se pode distribuir o que não existe ainda.

E não há, infelizmente, nenhuma fórmula perfeita para a satisfação dos desejos e necessidades da totalidade dos homens em nenhuma sociedade. E não há, porque a escassez é uma condição objetivamente inevitável e porque, além disso, os homens possuem disposições menos fraternas e altruísticas do que seria desejável, e competem entre si, disputando uns aos outros bens materiais e imateriais, posição na es-

cala social, poder, e tudo mais de que se possam apropriar de alguma forma.

Da centena de novos Estados em que se dividiram as antigas áreas coloniais ao fim da Segunda Guerra Mundial, não muitos contam com as condições indispensáveis para a criação de economias realmente desenvolvidas, em particular dimensões mínimas adequadas e uma base satisfatória de recursos naturais. Alguns apresentam condições muito desfavoráveis. Do conjunto dos países "em desenvolvimento", o Brasil é o primeiro entre aqueles que reúnem a maior quantidade de fatores objetivamente propícios.

Quando falamos na ineficiência das formas de controle da economia pelo Estado, seria justo recordar, primeiro, que esse problema também se observou em economias de mercado altamente desenvolvidas; e, segundo, que a evidência dos países do Terceiro Mundo e dos socialistas mostra, também, casos de resultados positivos, de crescimento às vezes até muito rápido, prin-

principalmente nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, em particular da industrialização. O que se observa é que, enquanto os objetivos a atingir são relativamente poucos e simples, o desempenho é aceitável, mas que o Estado gerente começa a defrontar-se com dificuldades cada vez maiores à medida que vai aumentando a diversificação, o grau de complexidade e o nível tecnológico da economia, e que se torna mais crítica a necessidade de integração no sistema internacional.

É a evidência oferecida pelas economias de mercado altamente industrializadas parece convergir no mesmo sentido: à medida que foram assumindo responsabilidades por políticas econômicas de “sintonia fina”, tentando otimizar, ao mesmo tempo, os níveis de emprego e de preços e o equilíbrio do setor externo, e que passaram a ter de administrar programas sociais muito ambiciosos e abrangentes, essas economias não só tiveram desempenho inferior às expectativas como, além do mais, acabaram por despertar reações negativas em setores dominantes da opinião pública.

Desde fins do séc. XVIII, o homem ocidental habituou-se a ver no Estado, por assim dizer, o braço secular da Razão, e a supor que os fins desejáveis seriam racionais, e que o racional seria possível. A identidade entre o Estado ideal e o empírico foi mais ou menos assumida acriticamente na visão do mundo dominante. Para aqueles que, de alguma forma, se sentiam marginalizados pelo processo histórico - certamente o caso dos países menos desenvolvidos e dos socialistas (salvo quando o regime foi imposto por força externa) -, acreditar no supremo poder de transformar a sociedade pela Razão constituiu sempre uma tentação prometéica difícil de resistir.

Em última análise, porém, como entendeu Brecht, a prova da realidade empírica acaba sendo a mais forte. Mas o ponto essencial da questão não se reduz a uma escala de eficiência de diversas alternativas de ação do Estado. Ou antes, não é só (e talvez, nem principalmente) o problema da funcionalidade deste o que está em jogo.

O ponto central é o da maximização da liberdade individual. Ou melhor, da harmonização entre liberdade e necessidade: o máximo de escolha e o mínimo de coerção do indivíduo, compatíveis com o máximo de eficiência na satisfação daquelas demandas sem as quais a liberdade individual vai se tornando vazia de conteúdo. É

este compromisso que se torna possível, embora não de forma perfeita, com os mecanismos do mercado como meio de regulação automática da produção e distribuição de bens. Operando sob a forma de um plebiscito contínuo em que as preferências dos indivíduos se expressam através dos preços, o mercado não promete a felicidade universal, mas assegura o máximo simultâneo de eficiência e de liberdade dentro das condições específicas dadas.

Infelizmente, o paradigma do controle do destino da sociedade pela Razão esconde, por baixo da sua aparência de libertação da condição humana, o seu contrário, um sério fator de alienação e auto-engano, de mistificação da realidade, que é tanto mais forte quanto mais atrasada materialmente a sociedade em que é tomado por referência (ou antes, quanto maior o “coeficiente de escassez” nela embutido). E não é difícil entender por quê. Em toda sociedade, num momento qualquer dado, existe uma distribuição determinada dos benefícios e privilégios por ela oferecidos, uma hierarquia de poder, prestígio - uma estrutura, enfim. Essa estrutura resiste às transformações que sente detrimenais, faz alianças, associa-se, muda por dentro, sempre tentando minimizar o preço que possa ter de pagar no processo de modificação do sistema. As classes dominantes sempre deram uma boa parte da *intelligentzia* contrária às instituições - tanto da nobreza e da burguesia francesas do Ancien Régime ou da Rússia Imperial quanto da burguesia e das classes médias do Terceiro Mundo atual.

Mas não é só isso. As sociedades “atrasadas” são também, por motivos vários compreensíveis, freqüentemente muito mal integradas e corruptas - não raro, tendo muito pouco de “sociedades” e mais de aglomerações com escassos pontos de referência comuns. Em tais condições, ocorre facilmente a adoção de capas ideológicas de pura aparência, inautênticas e falsas, que servem para dar cobertura a interesses corporativos ou clientelísticos de alguma forma simbióticos com os grupos de interesses dominantes, ou a formas populistas que funcionam, de certo modo, como as distribuições de alimentos e aos jogos circenses para satisfação da plebe romana, o *panem et circenses*, na realidade anestésico, e não fator de câmbio real.

Conscientemente ou não, este tem sido o papel de muitos dos movimentos “progressistas”, “nacionalistas” e “de esquer-

da” no Terceiro Mundo, em especial em países de nível intermediário, como no Brasil e na generalidade da América Latina. Esses movimentos tiveram um papel específico no contexto da “Guerra Fria”, constituindo uma espécie de “guerrilha ideológica auxiliar” da União Soviética, da última fase de Stálin a Brezhnev. Mas ao custo da perda da consciência da própria realidade, do adensamento da alienação dentro dessas sociedades. O que tanto mais se acentuou quanto, nessas sociedades, persistiam e persistem, ainda, muitos elementos de uma concepção mágica do mundo, que se manifesta, predominantemente, pela grande dificuldade de compreender condições de escassez e de raciocinar em termos de causalidade objetiva. Uma das noções mágicas primitivas é o maná - o alimento que vem do céu, que é fornecido sem contrapartida “operacional”, sem trabalho ou apropriação, simplesmente como dom supranatural - quando muito com uma intermediação invocatória. E é interessante recordar, a propósito, que Marx jamais demonstrou um entendimento claro do fenômeno da escassez econômica, que acreditava estar resolvido *a priori* pelos avanços da tecnologia incorporados no capitalismo.

O Brasil atual oferece-nos um surpreendente fundo de pensamento mágico. A tônica do discurso político parlamentar ainda é, em grande parte, invocatória da concessão de favores, privilégios, recursos, para todas as clientelas que, de algum modo, consigam expressar com certa ênfase as suas demandas. O critério não é o do uso alternativo dos recursos - é simplesmente o do uso de recursos: identificada uma demanda, reclama-se a correspondente doação de meios. Combina-se, assim, a concepção mágica do mundo com o formalismo político-jurídico ibérico-colonial numa fórmula que poderíamos chamar de “maná por decreto”.

As dimensões colossais do país, a que aludimos de início, tem como um dos seus efeitos facilitar a convivência dos contrários, pela justaposição de várias realidades que, em si mesmas, seriam pouco compatibilizáveis: um país moderno e outro periférico, uma simultaneidade de traços culturais que vão da Idade da Pedra ao mais densenraizado cosmopolitismo. Numerosos países em desenvolvimento, e alguns dos mais importantes da América Latina, confrontados com os limites das suas possibilidades, já optaram por integrar-se mais

completamente no sistema econômico internacional e deixar maior liberdade de escolha, no plano interno, aos seus cidadãos, mesmo ao risco de sacrificar os mitos de um paraíso terrestre, não muito distante, pela mão do Estado. Mitos, é certo, em relação aos quais poderia parafrasear-se “o rei está nu”. No Brasil, o “arrasto” ideológico, a inércia dos paradigmas da transformação do mundo são muito consideráveis. Numerosos grupos não pensam ainda em dá-los por depreciados e amortizados, algo sempre muito difícil tratando-se de idéias que servem a interesses.

A repercussão profunda do debate sobre a “modernidade”, desde 1989, e a mais recente onda popular de demanda de probidade e eficiência na coisa pública podem ter incluído um componente de moda, trabalhado pelas *mass media*, mas representam valores fundamentais da sociedade. Talvez nem todos possam identificar claramente os elementos da falsa consciência brasileira, que nos traz de volta permanentemente aos mesmos equívocos, à repetição de palavras de ordem e trivialidades que se fingem de proposições com sentido real e, com isso, ocupam com um enchimento sem substância significativa o espaço interior da indagação sobre a condição brasileira. Já em 1930 o povo bradava contra os “carcomidos”; em 1945, 54, 55, 61 e 64 a temática da honestidade inscrevia-se no debate nacional pela ação das classes médias; e em 1989 os “marajás” serviram como o fantasma contra o qual se mobilizou a maioria da opinião pública e, pela primeira vez de forma muito nítida na história do país, o subproletariado, os “descamisados”.

Mas ainda que a reação moralista e mesmo a demanda de eficiência na realização das tarefas incumbidas ao Estado possam prestar-se a alimentar enganos da opinião pública, elas não falsificam a realidade.

Pelo contrário, assinalam já um começo de amadurecimento importante para que o país se dê conta de que jamais conseguirá ter maná por decreto - e que o caminho da eficiência, do máximo avanço material, é aquele que combina um verdadeiro respeito pela liberdade do indivíduo com a simultânea e irreduzível exigência de fazer do Estado um instrumento da sociedade, e não, o inverso, subordiná-la à intermediação dos que se intitulam aureolados monopolistas do saber de ação e de salvação.